

FORMAÇÃO ESTÉTICA NO BRASIL

Prof.a. Dra. Edite Colares¹

RESUMO

A compreensão da formação estética no Brasil está vinculada à observância das relações de poder e resistências aqui estabelecidas. O que chamamos de cultura são manifestações vinculadas à economia, à ideologia, à política e ao lugar do qual cada conjunto societário se expressa e pertence. Portanto, pensar a formação estética nacional é uma necessidade urgente, não só para compreender o passado, mas, também, para avançar em outro sentido, no de uma relação social mais justa e respeitosa no que concerne à nossa ancestralidade. Pela Constituição Federal de 1988, Artigo 215, resta assegurado a todos os cidadãos brasileiros o exercício pleno dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, bem como a lei manifesta apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais brasileiras. A legislação nas últimas décadas, influenciada pela Constituição, vinha mudando o caráter racista da nossa escola, historicamente eurocêntrica, tornando-a mais intercultural, garantindo espaço aos negros, índios, caboclos e mestiços e suas manifestações culturais. Desde o golpe ao Governo Dilma, no entanto, vemos recuar os avanços que eram constituídos na procura de maior equidade nas interações e representações da diversidade cultural brasileira. No contexto por que passa o Brasil, atualmente, a Educação e a Arte são atacadas, o que resta evidente ao percebermos a redução da importância pela qual a área da Arte passou na BNCC, nova legislação do ensino básico, pois deixou de se configurar como disciplina obrigatória para ser incluída como parte do componente curricular Linguagem, coadunando-se à proposta liberal da própria BNCC. O patrimônio cultural brasileiro, material e imaterial, está cada vez mais longe de ser abordado pela escola, quando a Arte deveria estar na educação de crianças desde o nascimento, pois, nas canções de ninar, embaladas na rede, já existe a iniciação à educação da sensibilidade, do corpo, da cultura permeada pela tradição oral e integrada à vida. Valorizar, promover e manter este percurso na escola é seguir o curso da educação e da aprendizagem intercultural; é impulsionar a trajetória da criança, na descoberta de uma vida comunitária rica de sentido, que se inicia na família, prolongando-se no entorno e na cidade, da qual a escola é parte.

Palavras-chave: Formação. Estética. Educação. Arte.

INTRODUÇÃO

Um tema de tal magnitude é muito desafiador, porque transporta as contradições e possibilidades que este enorme País experimenta, não só hoje, mas sempre, quanto à beleza de suas artes e culturas.

O encontro de culturas em uma paisagem frutífera e bela constitui a marca de uma brasilidade que se fez à custa de vidas que ainda hoje são ceifadas no seu direito ao belo, ao bom, à vida cultural e a suas manifestações mais legítimas e concepções estéticas diferenciadas da que foi imposta como única possibilidade - esta estética mercantil.

A contradição a que me referi é justamente a distância do acesso e possibilidade de expressão da cultura e arte no Brasil por parte da classe trabalhadora. Se, por um lado, a classe trabalhadora pouco acessa os conteúdos de uma arte mais elaborada e não detém os meios de expressão de si, de outra parte, a elite discrimina e desvaloriza a cultura popular nacional.

Talvez esta contradição de origem seja a motriz de todas as relações aqui travadas, numa personalidade social pouco solidária, participativa ou cooperativa, que se digladiam. Isto porque, por um lado, há uma elite que explora até a última gota do suor do trabalhador, e, de outra banda, entre os trabalhadores, falta uma organização que aglutine e nos fortaleça mutuamente, porque, me parece, há, em algumas situações, a negação de sua condição e identidade, como pode se encontrar no caso de índios e negros, que, para superar as discriminações que sofrem, não se afirmam como índios ou negros, tantas vezes. Além do mais, produzir arte demanda tempo, tempo do qual o trabalhador não dispõe. A criação, a apreciação e a reflexão sobre arte, este tão importante campo do conhecimento e da expressão humana - a Estética - nunca foi considerada com a seriedade necessária por nossa sociedade tão carente de condições de deleite estético, para a maioria de sua população, nem pela nossa escola.

Então, é possível situar o primeiro confronto estético, aqui vivido, ao imaginar que aquela primeira missa tenha sido mesmo uma realidade. Percebe-se com aquela suposta situação uma estética paramentar, que deve ter surpreendido os povos originários, que por lá estavam. De igual modo, como um ritual de pajelança, deve ter pasmado o europeu. O embate verdadeiro, porém, foi além do ideológico, o bélico, o que foi representado numa estética

imposta não só aos aborígenes, mas também ao negro trazido pelo colonizador para o Brasil, como escravizado.

Deste modo, este desencontro de culturas e estéticas foi sempre marcado por um viés classista/étnico inerente à constituição da nossa sociedade. Este conjunto de relações entre desiguais dá-se no confronto com o poder e o imperialismo europeus, fundados no princípio da mercadoria, aqui tão bem implantado. Desde idos tempos, até os de hoje, as etnias indígena e negra enfrentam-se com a europeia em disputa por terra, e pelo resguardo da vida. Foi uma operação de tomada do território e de imposição de cultura, o que aqui aconteceu, bem como modos de relação e de expressão marcados pela exploração.

Falar de uma Formação Estética no Brasil é pensar em uma cultura “oficial”, a trazida da Europa, ao lado de uma local, vivenciada nos hábitos, fazeres e saberes indígenas, bem como numa cosmovisão africana, também importada. Ora, vejam! São culturas distintas que se amalgamaram para formar outra realidade, a do Brasil. Este é um povo multiétnico, com heranças bem diversificadas e que foram se integrando de uma maneira ou de outra à forjada sociedade nacional. É claro que aqui há dois fatores muito determinantes para o perfil da personalidade social e práticas culturais brasileiras. O primeiro é o caráter de classe, entre os primeiros exploradores, os portugueses, e os povos a quem pretendiam escravizar, os índios e negros, e depois um caráter étnico que imprimia uma classificação de superior, ao povo português e de inferior ao povo indígena ou negro, considerado pelo colonizador como um tipo menor de pessoa, menos capaz ou inteligente.

As relações de imposição e a sua resistência ocorreram sempre e, como se há de convir, foram matizando este perfil de estética e o tratamento concedido a ela na sociedade e na educação, próprios de uma sociedade que avança e recua nas possibilidades de livre expressão de todos os atores desta cena.

Ao tratar da arte e cultura trazidas ao Brasil pelos lusitanos, é possível notar que houve uma formação de valores e perspectivas europeias, implantados aqui numa experiência de se ir forjando uma civilização, motivo por que tivemos, então, uma estética secular, de cânticos religiosos, duma arquitetura colonial, dentre outras expressões introduzidas no Brasil. Neste conjunto, uma riqueza ilimitada de poéticas, música, teatro, dança e visualidades foi encontrar uma concepção de arte integrada à vida, dos aborígenes, que em tudo o que faziam impunham beleza e ritualizavam a vida, com danças, músicas, visualidades, numa representação pura, Edite Colares é Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará, com experiência em Arte e Educação, é Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura Brasileira, Educação e Práticas Pedagógicas, cadastrado no CNPQ, desde 2011. É Mestre e Doutora, em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará e PhD em Belas Artes, pela Universidade do Porto/Pt.

ingênua e harmoniosa de si na relação com a natureza. Também, no entanto, era um povo guerreiro, como os Caiapós, que guerreavam e traziam o adversário para ser comido na tribo.

Os povos africanos, por sua vez, aqui se encontraram, quase calados, mas, com resiliência, demarcaram esta sua atuação cultural, e o fizeram às custas de resistência, contornando as opressões por intermédio de seus cantos, crenças, danças; a expressão de sua identidade e cultura, que foi se salvando como pôde, para chegar até hoje na face da atual brasilidade.

Os contornos culturais e estéticos desta Pátria não podiam deixar de ter a marca de uma trajetória tão conflituosa e agressiva. Não é de se estranhar que o resultado da suplantação de uma cultura às outras faça com que ainda se reconheça oficialmente uma cultura elitizada. Ou seja, caso se vá mostrar o patrimônio cultural, quase sempre, se inicia pelo mais imponente, suntuoso ou erudito. Nos museus de arte, muitas vezes, encontramos uma estese clássica ou neoclássica, apresentada como brasileira, bem como, uma arquitetura colonial, muitas vezes, tidas como marcos, como referenciais culturais. Enquanto isso, o saber das manifestações e das artes populares é divisado como algo menor, não tendo a valorização e o destaque dos museus e das salas mais nobres de apresentação das artes brasileiras.

Deste modo, a formação nas artes também se realiza por meio de percursos diametralmente opostos, ou seja, os filhos da classe mais abastada não só fazem aulas de artes, nos rigores clássicos, em escolas especializadas, como também visitam a Europa e até estudam lá os elementos de uma arte erudita. Por outro lado, se uma educação regular pública de qualidade não é comum por aqui, que dirá uma educação artística! Nem pensar... Não faz parte do currículo escolar uma educação estética, com os princípios e as expressões constitutivas às artes. Só em sonho!

Não ter uma formação sistematizada na seara das artes, apesar de ser uma característica do ensino no Brasil, não representa dizer que não tenha havido tentativas e experiências extraescolares, e até escolares, bem-sucedidas no terreno da estética. Podemos constatar que, desde tempos muito remotos, o modo de vida dos povos originários conta com uma perspectiva de artes integrada à vida, pois eles põem beleza, símbolos e rituais, nas danças, visualidades, representações e músicas, além de uma série de narrativas, como em mitos e contos vivificados. Portanto, brincando, celebrando, trabalhando, fazendo artefatos utilitários e em tantas outras modalidades de expressão, o povo indígena passa de geração em geração.

Edite Colares é Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará, com experiência em Arte e Educação, é Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura Brasileira, Educação e Práticas Pedagógicas, cadastrado no CNPQ, desde 2011. É Mestre e Doutora, em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará e PhD em Belas Artes, pela Universidade do Porto/PT.

geração suas tradições e renova suas habilidades e respostas criativas ao ambiente. Seus cantos, lendas e demais narrativas são conduzidos pelo universo oral em momentos de trocas e aprendizagens, dia a dia. Então, fazer uma cerâmica, um cocar, ou cantar e dançar no terreiro, constitui o seu modo de vida, no qual a arte é parte *sine qua*.

Somente há bem pouco, a língua portuguesa deixou de ser oficial no Brasil, pois a escola diferenciada indígena, com ensino bilíngue, é recente demais, enquanto o ensino de português como única possibilidade ou língua oficial foi sempre a realidade escolar nacional.

Menciono a língua para deixar “notória” a desigualdade no acesso e a garantia da expressão dos povos que colaboraram para constituição da sociedade pátria e a formação estética de sua população. As várias etnias do Brasil, em parte, foram dizimadas, outras permaneceram em florestas e em reservas, onde mantiveram suas tradições, porém o contingente mais próximo dos centros urbanos foi se descaracterizando e, de certo modo, se aculturando.

Tanto os aborígenes quanto os negros africanos tiveram a cultura abatida e massacrada, ante o colonizador no fazimento sociocultural do País. Os afrodescendentes não aceitaram passivos a opressão que sofreram, e, do ponto de vista da sua cultura, preservaram os ritmos, alguns rituais, diversos contos, danças... e aqui criaram outras manifestações, resultado desta composição, que os fizeram, mediante sincretismos e resistências, representar, por exemplo, em luta marcial, que se transfigura em dança, a capoeira - sua herança cultural. É possível lembrar tantas outras expressões, como o samba, o maxixe, o maracatu, dentre outras joias da cultura brasileira, oriundas da ancestralidade africana.

O samba e a capoeira bem ilustram o estado de perseguição e opressão que o povo negro teve e tem de enfrentar no Brasil, para poder manter-se culturalmente como expressão válida e direito de todas as pessoas. Ambos foram proibidos em território nacional. Quem fosse pegado praticando capoeira podia ser preso. O mesmo aconteceu com o samba, pois ser sambista era ser tido como vagabundo ou malandro. Assim, foi se constituindo em solo brasileiro uma formação estética dual, como todo o conjunto das instituições nacionais, ou seja, a educação, a saúde, o lazer, a moradia, a formação estética ou artístico-cultural – tudo dividido em uma versão para a elite e outra para o restante da população.

É consabido o fato de que a escola regular no Brasil ainda não universalizou os saberes artísticos, seja porque não é tão convidativa e de lá muitos se evadem, seja porque é destinada aos pobres e, como tal, não chega ao fazer artístico, mas apenas a uma preparação básica para o mundo do trabalho.

Não se tem tradição em um ensino de arte mínimo. Os estudantes saem da escola básica sem muitos conhecimentos sistematizados neste terreno do saber. É possível identificar o fato de que, em algum momento da história nacional, tentativas pontuais, como é o caso do Ministério de Fernando de Azevedo, quando Villa Lobos realizou grande projeto de canto nas escolas brasileiras, mas, no geral, há omissão absoluta quanto à arte na escola.

Como a prática de artes deve acontecer em momento de liberdade de expressão, e tratando-se de todo um sistema repressivo sempre vivido no Brasil, a aprendizagem das artes para as camadas populares deu-se nas ruas, nas comunidades, nas brincadeiras, no trabalho, na festa e na religião. A Igreja, primeiramente, a Católica, com a catequese por meio do teatro, da música, das artes, fez algum trabalho de formação. Os conservatórios foram também grandes colaboradores para uma preparação de músicos nas capitais. De maneira geral, somente estudava uma linguagem artística se fosse aluno de uma escola privada, ou mesmo se contratasse professor particular. Era muito comum, por exemplo, que uma adolescente de elevado estrato social estudasse piano em sua residência.

Desta maneira, apenas nos anos de 1970, se faz menção à Educação Artística no currículo escolar brasileiro. Na LDB 5.692/71, fez-se referência às artes, para instituí-la como atividade. Somente com a LDB 9394/96, no entanto, se constituiu a *Arte-Educação* como disciplina obrigatória da educação básica do Brasil.

Em decorrência do momento de abertura política que a Constituição de 1988 iniciou - esta que foi nomeadamente a Constituição Cidadã - foi editada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para assegurar o direito a uma educação em artes e maior respeito e valorização das expressões culturais de todos os nacionais.

Após a mencionada Carta Magna e a LDB 9394/96, parecia, finalmente, que se ia aportar à conclusão de que uma formação cultural e estética na escola era uma necessidade inegável. Pela primeira vez, foram estabelecidos Parâmetros Curriculares para Educação em Arte na Escola Básica do País, pois, sendo esta obrigatória, no documento escrito pelo MEC,

Edite Colares é Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará, com experiência em Arte e Educação, é Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura Brasileira, Educação e Práticas Pedagógicas, cadastrado no CNPQ, desde 2011. É Mestre e Doutora, em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará e PhD em Belas Artes, pela Universidade do Porto/Pt.

(83) 3322.3222

Contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

se fez necessária para nortear o ensino. Então, esta disciplina foi pensada para ocorrer, subdividindo-se em quatro linguagens: Música, Teatro, Dança e Artes Visuais. O texto tem uma abordagem triangular de ensino de artes, pela qual a apreciação, a fruição e a reflexão formam um tripé sobre o qual se fundamentará a aprendizagem escolar de artes.

Pela primeira vez, uma orientação para este âmbito da aprendizagem escolar, ou seja, a Arte na Escola brasileira passou a ser determinada e dirigida por lei, quando se estabeleceu um currículo. Conheceu-se, então, uma proposta curricular que, embora não deixe claro o modo como fazer este ensino de artes de maneira efetiva, consequente e frutífera, indica, paulatinamente, aos professores da Educação Básica quais são os objetivos e conteúdos, apontando um norte, ainda longínquo, pois o texto é bem ousado, quando se confronta com a realidade das condições objetivas, ou seja, em uma aula semanal, sem as condições materiais necessárias mínimas ou desprovida do preparo profissional de docentes.

Apesar de os Parâmetros Curriculares datarem de 1998, e de se contar mais de 20 anos de institucionalização de um ensino regular e obrigatório de artes, em todos os níveis de ensino, não é possível, ainda, expressar que tenhamos alcançado mudanças radicais no perfil da arte, na qualidade de saber escolar, ou seja, não se encontram saberes consistentes entre os egressos da escola básica, refletindo-se de maneira sistêmica. São encontradas algumas experiências contingenciais, práticas pontuais bem-sucedidas, porém, de maneira global, são irrisórias, quando se observa o conjunto dos alunos que passaram pela escola básica quanto ao repertório e ao domínio dos conteúdos e elementos fundamentais das artes.

Então, o que representa esta Estética, e como vivê-la na escola?

Referir-se a Estética já parece algo inacessível por aqui, quanto mais quando nos reportamos a uma Formação Estética! Aí é que ela, então, parece distante e inatingível. Recorro, agora, a Luigi Pareyson em *Os Problemas da Estética*, quando, ao abordar o fazer estético, exprime que “[...] *Precisamente porque a estética é filosofia, por isso mesmo ela é reflexão sobre a experiência, isto é, tem um caráter especulativo e concreto a um só tempo.* (1997, p.8). Ainda com Pareyson, destaca-se seu aspecto formativo, pois, para ele, “[...] *a atividade artística consiste no ‘formar’, isto é, e exatamente num executar, produzir, realizar, que é, ao mesmo tempo, inventar, figurar, descobrir.*” (1997, p.26).

Edite Colares é Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará, com experiência em Arte e Educação, é Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura Brasileira, Educação e Práticas Pedagógicas, cadastrado no CNPQ, desde 2011. É Mestre e Doutora, em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará e PhD em Belas Artes, pela Universidade do Porto/Pt.

(83) 3322.3222

Contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Com amparo nesse ponto de vista, parto da estética constituída num fazer que é por demais formativo e realizador. Evidencia-se, pois, a ideia de que, como forma a experiência estética, o sujeito forma-se também, pois, ao materializar o objeto estético, o aspecto de realização – aí eu cunho um neologismo, o aspecto “realizativo - é intensificado por um aspecto inventivo, sendo duplamente formativo, ou seja, ao viver a criação, o sujeito também se gesta, a si próprio, num refazimento de descobertas e originalidades. Portanto, retomo aqui a conceituação de estética da “formatividade”, como sugerido por Luigi Pareyson, na trilha de John Dewey e todo um pensamento educativo que tem o educando como sujeito de sua aprendizagem mediado pelo professor.

Prossigo com a compreensão de que, mesmo após vinte anos de Parâmetros Curriculares de Artes, pouco se realizou como mudança no perfil do ensino de arte na Escola. Uma realidade super-adversa encontra o professor que tem uma aula semanal para realizar grandes coisas e pouco tem formação, bem como mingüado tempo para preparar essa aula. Não só porque o tempo é, por demais, exíguo, mas, também, pelo fato de que, no conjunto do trabalho escolar, a arte não está integrada ou tem importância, e o docente é pouco preparado para tal. Em particular ocorre com os professores, inúmeras vezes, que “caem de paraquedas” para lecionar artes, a fim de complementar sua carga horária, sem nunca ter sido preparado para fazê-lo.

É impensável se realizar uma formação estética, que compreende experiências artísticas, singulares, ao encontro da experiência artística, em suas múltiplas expressões, como em composições musicais, atuações, e todas as visualidades, além de danças, as mais variadas, em ambientes escolares, quando não se faz o mínimo, que seria apresentar a herança cultural brasileira. Então, o que pode acontecer - e acontece recorrentemente - é incipiente, frágil, sem relevância. Não podemos colher mais do que o que plantamos.

Uma formação estética ocorre começando por um cuidado com a educação da sensibilidade desde cedo, quando se usariam a fantasia e a imaginação nos contos, cantos e encantos, que se apresentam aos pequeninos e, depois, quando se deveria ir adentrando todo o ensino fundamental, com narrações, musicalização, jogos teatrais, danças tradicionais e outras estratégias, bem como por uma exploração das visualidades em todas as suas nuances. Verifico, no entanto, é que, no Ensino Fundamental I, essa atividade já é retirada abruptamente.

Sabe-se que se faz uma rápida inicialização na Educação Infantil, quando se narram histórias, canta-se acompanhando com gestos, porém, muito cedo, talvez por achar o aluno independente, já se reduzem significativamente as atividades como narração de estórias, brincadeiras de modelar, dentre outras vivências, que se iniciaram na educação infantil, mas é, praticamente, retirada já nas séries iniciais.

Este universo do lúdico, do estético, de narrações, representações, expressões corporais e outras modalidades artísticas precisa ser vivido no ensino fundamental e mantido por toda a escolarização. A experiência estética diz respeito ao contato com o belo e a arte, com a experiência do leitor, do artista que desfruta de um fazer intensificado pelo caráter inventivo da arte, sendo esta uma experiência indispensável à formação integral do aprendiz, tarefa da qual a escola não se pode eximir.

Lamentável é que, nem mesmo as heranças culturais mais básicas sejam aprendidas nas escolas. Como a história é perpassada por um corte de classe e étnico racial por demais intenso, não se ensina nem o mais tradicional do patrimônio cultural brasileiro. Lendas, cantos, danças e demais manifestações estão esquecidos nas escolas.

Neste processo, a invisibilização das manifestações culturais na escola colabora para uma sociedade que não reflete acerca de si mesma e vai perpetuando um padrão de reprodução social, em que a ideologia dominante se impõe.

Não se considera neutra uma escola que não se posiciona como uma opção de cultura e arte para seus escolares; tampouco é omissão uma falha menor no contexto da escola brasileira, tão carente de criatividade e sucesso. Seria opção apresentar uma cultura mais inovadora, se não se pretendesse ser tradicional, mas não mostrar repertório algum, sistematicamente, aos estudantes, no que tange à Estética, demonstra-se como uma retirada estratégica de determinados saberes que os levaria a refletir sobre si e a respeito do outro, numa relação social desigual e injusta. Portanto, não há ingenuidade na escolha por não abordar, efetivamente, uma educação estética.

Os já mencionados Parâmetros Curriculares de Artes, também, não poderiam ter vida longa ou surtir efeito significativo, caminhando sozinhos nesta escola hostil a tudo o que fuja à disciplina e à avaliação de resultados. Esperam-se resultados, produtos, competências, enquanto, na estética, pretendem-se experiências incertas, tateantes, buscas de objetos e

símbolos que sirvam de representação, que sejam ali descobertos, inventados, e – claro - em que virão à tona suas vidas de opressões, sua angústia de uma vida sem certezas, pois que, na nossa própria terra, somos espoliados, não respeitamos os valores, as riquezas são roubadas, assim como o território que nos é tolhido.

Falar de Estética é inevitavelmente referir-se ao sujeito que a gesta, a cria. Então, o que a todos espera nas escolas são ações pontuais, contingentes, mediante as quais, com grande esforço, professores criam, por meio de projetos que executam - como é possível citar dois professores de Fortaleza, que, como exemplos, criaram um Grupo de Dança, o *Chão de Estrelas*, em uma escola, e em outra um Maracatu, o *Nação Pici*. Aconteceu com eles o que tantas vezes, mesmo as ações que surgem por iniciativas pessoais, são desvalorizadas e não recebem um tratamento adequado às necessidades de manutenção.

Não por coincidência, estes dois casos são muito emblemáticos, pois, tendo tido grande repercussão e desenvoltura em participação, por parte dos estudantes, em ambas as escolas, as iniciativas aqui destacadas foram despejadas para fora das escolas, quando estas mudaram a gestão. Tal sucedeu numa falta completa de sensibilidade e empatia do corpo gestor em relação aos professores, os quais tiveram de providenciar locais para guardar todo o vestuário e adereços dos grupos, numa total falta de consideração e respeito. Tal fato é exemplificativo de que não se quer um educando que vivencie sua sensibilidade, sua expressão corporal e sua dança.

Pensar a Estética na escola é deparar toda a complexidade e contradição da sociedade brasileira. Ao fazer referência aos dois casos há pouco mencionados, constato o boicote de que a arte é alvo no âmbito da escola, das mais distintas maneiras. Assim como se reconhece o lugar destinado ao artista na sociedade, com algumas exceções, por origem de classe, normalmente, o que vemos são vidas bastante penalizadas por falta de opção, olhadas de modo preconceituoso.

Com efeito, todo um conjunto de condicionantes conduz a se conferir uma incipiência gritante em toda a área de Arte na Escola, ou seja, a quase inexistência de uma educação estética.

A Base Nacional Curricular Comum, mais recente legislação educacional brasileira, confirma o argumento, ora expresso, de que não se tem uma educação estética no Brasil,

Edite Colares é Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará, com experiência em Arte e Educação, é Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura Brasileira, Educação e Práticas Pedagógicas, cadastrado no CNPQ, desde 2011. É Mestre e Doutora, em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará e PhD em Belas Artes, pela Universidade do Porto/Pt.

(83) 3322.3222

Contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

porque não faz parte dos interesses dos gestores do País que esta população que usa exclusivamente a escola pública para sua formação possa desenvolver-se livre e criativamente, mas almeja-se um cidadão que bem sirva ao mercado, que atenda a demanda por um trabalhador servil, assalariado e conformado com este lugar que a “vida” lhe destinou. Por isso uma educação mais religiosa e menos criativa é o que o texto da lei permite vislumbrar.

Na BNCC (2017), a seara das artes é no ensino fundamental esquecida como área de conhecimento, pois na própria lei, no seu artigo n. 14 (Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dezsite.pdf>. Acessado em 21/01/2019), está essa (des) orientação:

O Ensino Fundamental, deve ser organizado nas seguintes Áreas do Conhecimento, com as respectivas competências, a saber:

- I. Linguagens,
- II. Matemática,
- III. Ciências da Natureza,
- IV. Ciências Humanas, e
- V. Religião.

Portanto, retornaremos ao tempo em que arte não configurava área obrigatória, mas uma atividade. Como já se sabe, isto aconteceu no ano 1971. Em razão de tudo o que foi referido nesta ocasião, é perfeitamente compreensível que, não sendo, como na LDB de 1996, considerada uma disciplina obrigatória, mas estando dentro do componente Linguagem, ela perca mais ainda importância e valorização, para cada vez menos ser caminho de expressão dos estudantes brasileiros. Em outro artigo publicado este ano na *Revista Conhecer*: “Debate entre o Público e o Privado”, Marques argumenta sobre a contradição que tudo isto representa:

É no mínimo inócuo não se encontrar artes como área específica do conhecimento, não permanecendo como disciplina independente na recente BNCC (2017). É no mínimo contraditório, em um estado laico, termos Religião como conteúdo escolar obrigatório, pois, ao pensar o público escolar oriundo da classe trabalhadora, vemos que às expressões artísticas mais eruditas, por exemplo, essas crianças só terão acesso na escola, pois tantas vezes o lugar de acesso a padrões

culturais mais complexos ou elaborados só é possível na escola, enquanto a Religião se aprende, também, na Igreja e na orientação religiosa por parte das famílias. (2019, p. 135).

CONCLUSÃO

Concluo assinalando que o currículo escolar é sempre uma opção na qual se tem em vista o cidadão que se quer formar, portanto, em razão de tudo o que foi exposto, comprova-se que não se quer pelo sistema de ensino brasileiro formar sujeitos criativos e conscientes, e que, neste contexto social, as artes não são bem-vindas, já que, indubitavelmente, levarão à reflexão sobre a realidade desumanizadora que se vive e a uma expressão de nós mesmos que não interessa aos que estão na circunstância de poder.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Edite C. O. Considerações sobre Educação, Arte e Política: experiências, alternativas e resistências. **Revista Conhecer**: debate entre o público e o privado. 2019, v. 9, n. 23. ISSN: 2238.4426.

<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1160/1749>

BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>.

Acesso em 21/01/2019

PAREYSON, Luigi. Os Problemas da Estética. São Paulo: Martins Fontes, 1997.